

TERMO DE REFERÊNCIA
CONSULTORIA INDIVIDUAL

Edital 29/2025	
Título e Código do Projeto	Projeto 914BRZ1155 Promoção da Equidade e da Inclusão e Valorização da Diversidade na Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos
Local(s) de Trabalho	Território Nacional
Período do contrato:	Início: Após a assinatura do contrato Término: 330 dias após a assinatura do contrato
Valor total:	R\$ 93.500,00 (noventa e três mil e quinhentos reais)
Número de vagas:	01 (uma)
Enquadramento no Prodoc/FIT	<p>Resultado 1.1: Processos de formulação e implementação de Programas e ações no âmbito das áreas de atuação da SECADI ajustados à aplicação de critérios de promoção da equidade e da valorização da Diversidade;</p> <p>Atividade 1.1.1 Realizar análises e propor estratégias de articulação Inter federativa e/ou intersetorial para a implementação de programas e ações voltados às modalidades, aos temas e aos públicos sobre os quais a Secretaria tem competência.</p> <p>Atividade 1.1.2 Elaborar estudos sobre metodologias participativas de formulação e implementação de programas e ações de governo voltadas à educação, visando à inclusão e à equidade.</p> <p>Atividade 1.1.3 Produzir estudos que subsidiem a normatização, o planejamento e o desenvolvimento de práticas e instâncias de formulação e implementação de programas e ações voltados às modalidades, aos temas e aos públicos sobre os quais a Secretaria tem competência.</p>

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Consultoria especializada para desenvolvimento de estudos subsidiários aos processos de pagamento de Programas e ações no âmbito das áreas de atuação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – SECADI, com sugestão de melhorias aos fluxos e a partir do estabelecido na legislação aplicável.

a) Contexto da consultoria

O projeto “Promoção da Equidade e da Inclusão e Valorização da Diversidade na Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos” tem por objetivo geral ampliar e fortalecer a atuação da UNESCO no Brasil, no sentido de subsidiar iniciativas e prioridades nacionais indicadas no Plano Nacional de Educação, bem como Programas e projetos indicados pelo MEC, a partir da formulação e implementação de ações que impactam na efetividade, equidade, inclusão e qualidade da educação no Brasil. Este objetivo se coaduna às competências da recém-criada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão por meio da publicação do Decreto nº 11.342, de 1º de janeiro de 2023, quais sejam:

Art. 33. À Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão compete:

I - planejar, coordenar, avaliar e monitorar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a educação das relações étnico-raciais, a alfabetização e a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial;

II - articular ações de cooperação técnica e financeira entre a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os organismos nacionais e internacionais, voltadas a educação das relações étnico-raciais, alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação escolar indígena, educação em áreas remanescentes de quilombos, educação em direitos humanos, educação ambiental e educação especial;

III - planejar e coordenar a formulação e a implementação de políticas públicas, em parceria com os sistemas de ensino, destinadas à educação bilíngue de surdos, surdo-cegos e deficientes auditivos que considerem a Língua Brasileira de Sinais - Libras como primeira língua e língua de instrução e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua;

IV - planejar, coordenar, monitorar e avaliar a implementação de políticas de educação para a juventude, em articulação com os sistemas de ensino e com os órgãos executores das políticas de juventude, com vistas à garantia do direito à educação por meio da promoção das condições de acesso, participação e aprendizagem com equidade;

V - planejar, coordenar, avaliar e orientar a formulação e a implementação de políticas de educação em direitos humanos, educação ambiental e cidadania, em articulação com os sistemas de ensino, com vistas à superação de preconceitos e à eliminação de atitudes discriminatórias no ambiente escolar;

VI - coordenar ações transversais para promover educação continuada, alfabetização de jovens e adultos, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, com vistas à efetivação de políticas públicas de que trata esta Secretaria, em todos os níveis, etapas e modalidades;

VII - apoiar o desenvolvimento de ações para promover educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, com vistas à efetivação de políticas públicas intersetoriais;

VIII - articular ações de cooperação técnica e financeira com órgãos e entidades públicos voltadas à educação das relações étnico-raciais, à alfabetização e à educação de jovens e adultos, à educação do campo, à educação escolar indígena, à educação em áreas remanescentes de quilombos, à educação em direitos humanos, à educação ambiental, à educação especial e à educação bilíngue para surdos;

IX - acompanhar a condicionalidade em educação de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família, em parceria com os sistemas de ensino;

X - coordenar políticas educacionais voltadas à equidade e à redução de desigualdades;

XI - propor o aperfeiçoamento das políticas e dos mecanismos de financiamento da educação básica, em particular do Fundeb, em articulação com a Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino, os sistemas de ensino e as entidades vinculadas competentes, para a equidade e a redução de desigualdades; e

XII - planejar, coordenar, avaliar e orientar a formulação e a implementação de políticas de enfrentamento da violência escolar, em parceria com os demais órgãos relacionados ao tema.

Dada a amplitude e complexidade de seu campo de atuação, esta Secretaria tem firmado Termos de Acordo de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais com a finalidade de, no âmbito dos objetos dos projetos de cooperação técnica, proporcionar a atuação de especialistas para a realização de estudos, elaboração de referenciais avaliativos, assim como de outras atividades que demandam conhecimentos e experiências específicos.

b) Motivos e relevância

O pacto federativo assegurado na Constituição Federal de 1988 exige para sua concretização um

regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Para a educação brasileira, a construção e implementação de políticas educacionais efetivas e articuladas entre os sistemas de ensino são fortes indutores da garantia do direito à educação com equidade. Marcos legais da educação como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) indicam o regime de colaboração como condição necessária para a aprendizagem e qualidade da educação. Soma-se à LDB e ao PNE, a proposta do Sistema Nacional de Educação (SNE) que tem por objetivo aperfeiçoar a organização da educação para que as políticas públicas sejam mais orgânicas e capazes de assegurar o direito constitucional da educação de qualidade para todos. Nesse contexto, o MEC é o órgão responsável pelas políticas educacionais do Brasil e desenvolve ações voltadas à correção das desigualdades educacionais que ocorrem historicamente no país. Isso se refere tanto às políticas em que o Ministério tem implicação direta quanto às diretrizes e regramentos que orientam a oferta da educação brasileira. Para isso, é fundamental que o MEC trabalhe na perspectiva de fortalecer as redes educacionais dos estados e municípios e implemente políticas indutoras, cumprindo o papel estabelecido no artigo 211 da Constituição Federal.

c) Necessidade da consultoria

A presente consultoria se faz necessária no intuito de auxiliar o Ministério da Educação a garantir a equidade no sistema educacional por meio de seu papel indutor de coordenar a educação nacional para que alcance os territórios, assegurando a garantia dos direitos das populações do campo, quilombolas e indígenas e realizando indução de políticas estratégicas através do pagamento de programas e políticas para entes públicos e agentes implementadores para promoção de melhorias de práticas pedagógicas e distribuição de recursos. A gestão educacional descentralizada no Brasil agrava esses problemas. Estados e municípios, responsáveis pela maior parte da gestão, frequentemente carecem de recursos financeiros e técnicos para implementar políticas específicas e eficazes para as populações indígenas e quilombolas. Essa fragmentação resulta em iniciativas desarticuladas, incapazes de atender às demandas dessas comunidades de maneira consistente. Embora o Fundeb seja uma importante fonte de financiamento, ele não é suficiente para equalizar as disparidades regionais e atender às especificidades dessas populações, particularmente em áreas com menor arrecadação tributária.

Por isso, realizar uma análise detalhada desde o início do processo de adesão dos estados e municípios as políticas públicas elaboradas pela SECADI são extremamente importantes. Inexistem processos padronizados sobre pagamento, monitoramento e avaliação da experiência e da contribuição dos bolsistas entre as áreas. Cada diretoria e coordenadoria, tem a sua própria forma de execução de políticas e programas e é necessário ajuda técnica especializada para melhorar o processo de pagamento de seus programas. Justifica-se assim a presente consultoria como um esforço de coletar dados, mapear e propor melhorias nos fluxos para pagamento dos diferentes instrumentos distribuição de recursos que possa auxiliar a SECADI em sua atribuição de planejar, coordenar, avaliar e monitorar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a educação das relações étnico-raciais, a alfabetização e a educação de

jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial.

2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC/FIT

Resultado 1.1: Processos de formulação e implementação de Programas e ações no âmbito das áreas de atuação da SECADI ajustados à aplicação de critérios de promoção da equidade e da valorização da Diversidade;

Atividade 1.1.1 Realizar análises e propor estratégias de articulação Inter federativa e/ou intersetorial para a implementação de programas e ações voltados às modalidades, aos temas e aos públicos sobre os quais a Secretaria tem competência.

Atividade 1.1.2 Elaborar estudos sobre metodologias participativas de formulação e implementação de programas e ações de governo voltadas à educação, visando à inclusão e à equidade.

Atividade 1.1.3 Produzir estudos que subsidiem a normatização, o planejamento e o desenvolvimento de práticas e instâncias de formulação e implementação de programas e ações voltados às modalidades, aos temas e aos públicos sobre os quais a Secretaria tem competência.

3 - PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E/OU ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

Produto 1 – Documento técnico contendo o mapeamento dos processos de pagamentos efetuados pela Diretoria de Políticas de Educação Étnico-Racial e Educação Escolar Quilombola (DIPERQ), incluindo análise da situação atual e a situação desejada, com sugestões de melhoria do fluxo e lembretes que podem ser enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo e apresentação para as áreas envolvidas.

Atividade 1.1: Identificar todos os pagamentos realizados e mapear o processo prioritário de acordo com a DIPERQ.

Atividade 1.2: Realizar reuniões junto as coordenadorias, selecionar os processos críticos, fazer uma entrevista com um bolsista para entender a experiência do usuário, e realizar o mapeamento da situação atual.

Atividade 1.3: Elaborar uma análise com proposta de melhoria do fluxo desejado e de lembretes que podem ser enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo.

Atividade 1.4: Apresentar e validar com a DIPERQ o novo fluxo.

Produto 2 – Documento técnico contendo o mapeamento dos processos de pagamentos realizadas da Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (DPAEJA), incluindo análise da situação atual e a situação desejada com sugestões de melhoria do fluxo e de lembretes que podem ser

enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo e apresentação para as áreas envolvidas.

Atividade 2.1: Identificar todos os pagamentos realizados e mapear o processo prioritário de acordo com a DPAEJA.

Atividade 2.2: Realizar reuniões junto as coordenadorias, selecionar os processos críticos, fazer uma entrevista com um bolsista para entender a experiência do usuário, e realizar o mapeamento da situação atual.

Atividade 2.3: Elaborar uma análise com proposta de melhoria do fluxo desejado e de lembretes que podem ser enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo.

Atividade 2.4: Apresentar e validar com a DPAEJA o novo fluxo.

Produto 3 – Documento técnico contendo o mapeamento dos processos de pagamentos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), incluindo análise da situação atual e a situação desejada com sugestões de melhoria do fluxo e de lembretes que podem ser enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo e apresentação para as áreas envolvidas.

Atividade 3.1: Identificar todos os pagamentos realizados e mapear o processo prioritário de acordo com a coordenadoria do PBA.

Atividade 3.2: Realizar reuniões junto as coordenadorias, selecionar os processos críticos, fazer uma entrevista com um bolsista para entender a experiência do usuário, e realizar o mapeamento da situação atual.

Atividade 3.3: Elaborar uma análise com proposta de melhoria do fluxo desejado e de lembretes que podem ser enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo.

Atividade 3.4: Apresentar e validar com a coordenação do PBA o novo fluxo.

Produto 4 – Documento técnico contendo o mapeamento dos processos de pagamentos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Equidade na perspectiva do Programa Sala de Recursos Multifuncionais – PDDE SRM, incluindo análise da situação atual e a situação desejada com sugestões de melhoria do fluxo e de lembretes que podem ser enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo e apresentação para as áreas envolvidas.

Atividade 4.1: Identificar todos os pagamentos realizados e mapear o processo prioritário de acordo com a coordenadoria do PDDE-SRM.

Atividade 4.2: Realizar reuniões junto as coordenadorias, selecionar os processos críticos, fazer uma entrevista com um bolsista para entender a experiência do usuário, e realizar o mapeamento da situação atual.

Atividade 4.3: Elaborar uma análise com proposta de melhoria do fluxo desejado e de lembretes que podem ser enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo.

Atividade 4.4: Apresentar e validar com a coordenação do PDDE-SRM o novo fluxo.

Produto 5 – Documento técnico contendo o mapeamento dos processos de pagamentos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Equidade na perspectiva do Programa Água, Esgotamento Sanitário e Infraestrutura nas Escolas em áreas rurais - PDDE Água, Esgotamento Sanitário e Infraestrutura nas Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas, incluindo análise da situação atual e a situação desejada com sugestões de melhoria do fluxo e de lembretes que podem ser enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo e apresentação para as áreas envolvidas.

Atividade 5.1: Identificar todos os pagamentos realizados e mapear o processo prioritário de acordo com as coordenadorias envolvidas.

Atividade 5.2: Realizar reuniões junto as coordenadorias, selecionar os processos críticos, fazer uma entrevista com um bolsista para entender a experiência do usuário, e realizar o mapeamento da situação atual.

Atividade 5.3: Elaborar uma análise com proposta de melhoria do fluxo desejado e de lembretes que podem ser enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo.

Atividade 5.4: Apresentar e validar com as áreas envolvidas o novo fluxo.

Produto 6 – Documento técnico contendo o mapeamento dos processos de pagamentos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Equidade na perspectiva do Programa Diversidades - PDDE Diversidades, incluindo análise da situação atual e a situação desejada com sugestões de melhoria do fluxo e de lembretes que podem ser enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo e apresentação para as áreas envolvidas.

Atividade 6.1: Identificar todos os pagamentos realizados e mapear o processo prioritário de acordo com as coordenadorias envolvidas.

Atividade 6.2: Realizar reuniões junto as coordenadorias, selecionar os processos críticos, fazer uma entrevista com um bolsista para entender a experiência do usuário, e realizar o mapeamento da situação atual.

Atividade 6.3: Elaborar uma análise com proposta de melhoria do fluxo desejado e de lembretes que podem ser enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo.

Atividade 6.4: Apresentar e validar com as áreas envolvidas o novo fluxo.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Perfil: Consultoria – Descritivo da vaga Parcela/Descriutivo	Data para Entrega	Valor das Atividades
Produto 1 – Documento técnico contendo o mapeamento dos processos de pagamentos efetuados pela Diretoria de Políticas de Educação Étnico-Racial e Educação Escolar Quilombola (DIPERQ), incluindo análise da situação atual e a situação desejada com sugestões de melhoria do fluxo e de lembretes que podem ser enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo e apresentação para as áreas envolvidas.	45 Dias contados a partir da data de assinatura do contrato	R\$ 15.000,00
Produto 2 – Documento técnico contendo o mapeamento dos processos de pagamentos realizadas da Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (DPAEJA), incluindo análise da situação atual e a situação desejada com sugestões de melhoria do fluxo e de lembretes que podem ser enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo e apresentação para as áreas envolvidas.	90 Dias contados a partir da data de assinatura do contrato	R\$ 16.000,00
Produto 3 – Documento técnico contendo o mapeamento dos processos de pagamentos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), incluindo análise da situação atual e a situação desejada com sugestões de melhoria do fluxo e de lembretes que podem ser enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo e apresentação para as áreas envolvidas.	150 Dias contados a partir da data de assinatura do contrato	R\$ 16.000,00
Produto 4 – Documento técnico contendo o mapeamento dos processos de pagamentos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Equidade na perspectiva do Programa Sala de Recursos Multifuncionais – PDDE SRM, incluindo análise da situação atual e a situação desejada com sugestões de melhoria do fluxo e de lembretes que podem ser enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo e apresentação para as áreas envolvidas.	210 Dias contados a partir da data de assinatura do contrato	R\$ 15.000,00
Produto 5 – Documento técnico contendo o mapeamento dos processos de pagamentos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Equidade na perspectiva do Programa Água, Esgotamento Sanitário e Infraestrutura nas Escolas em áreas rurais - PDDE Água, Esgotamento Sanitário e Infraestrutura nas Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas, incluindo análise da situação atual e a situação desejada com sugestões de melhoria do fluxo e de lembretes que podem ser enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo e apresentação para as áreas envolvidas.	270 Dias contados a partir da data de assinatura do contrato	R\$ 15.500,00
Produto 6 – Documento técnico contendo o mapeamento dos processos de pagamentos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Equidade na perspectiva do Programa Diversidades - PDDE Diversidades, incluindo análise da situação atual e a situação desejada com sugestões de melhoria do fluxo e de lembretes que podem ser enviados para garantia do cumprimento de prazos no processo e apresentação para as áreas envolvidas.	330 Dias contados a partir da data de assinatura do contrato	R\$ 16.000,00
VALOR:	R\$ 93.500,00	

5 - INSUMOS

Caso haja necessidade, poderão ser emitidas passagens e realizado o pagamento de diárias para o(a) consultor(a), com o objetivo de coletar subsídios para a elaboração dos produtos.

Deve-se levar em consideração 1) antecedência prévia de 20 dias para a solicitação da missão; 2) seguimento das regras UNESCO para viagens; e 3) verificação de orçamento disponível pelo presente projeto.

6 - REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

6.1 Obrigatórios:

a. Formação Acadêmica:

- Graduação em Gestão em Políticas Públicas, Educação ou áreas correlatas, com diploma reconhecido pelo MEC.

b. Experiência profissional:

- Experiência profissional mínima de 6 (seis) anos em desenho, implementação, gestão, monitoramento e avaliação de políticas, programas e/ou projetos educacionais.
- Experiência comprovada em mapeamento de processos.

6.2 Desejáveis

- Desejável especialização em Educação ou similar.

6.3 Habilidades e competências:

- Conhecimento acerca da Legislação da educação básica.
- Conhecimento sobre programas e ações da SECADI.
- Conhecimento sobre o pacto federativo na educação.

7 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critérios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência				
1	Formação Acadêmica	É <u>obrigatório</u> que possua Graduação em Gestão em Políticas Públicas, Educação ou áreas correlatas, com diploma reconhecido pelo MEC.	[100%] 20 pontos: doutorado em Gestão em Políticas Públicas [95%] 19 pontos: mestrado em Gestão em Políticas Públicas [85%] 17 pontos: especialização em Gestão em Políticas Públicas	20

		[70%] 14 pontos: graduação em Gestão em Políticas Públicas	
		É <u>desejável</u> especialização em Educação ou similar	[100%] 10 pontos: especialização em Educação ou similar
2	Experiência Profissional	É <u>obrigatório</u> que tenha experiência profissional mínima de 6 (seis) anos em desenho, implementação, gestão, monitoramento e avaliação de políticas, programas e/ou projetos educacionais.	[100%] 30 pontos: 9 anos ou mais de experiência [85%] 25,5 pontos: 7 anos a 8 anos de experiência [70%] 21 pontos: 6 anos de experiência
		É <u>obrigatório</u> experiência comprovada em mapeamento de processos.	[100%] 10 pontos: possui experiência [0%] 0 pontos: não possui experiência
3	Habilidades e competências	Conhecimento acerca da Legislação da educação básica.	[0%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [50%] 5 pontos: Boa evidência de que atende ao requisito. [0%] 0 pontos: não atende ao requisito.
		Conhecimento sobre programas e ações da SECADI.	[100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [50%] 5 pontos: Boa evidência de que atende ao requisito. [0%] 0 pontos: não atende ao requisito.
		Conhecimento sobre o pacto federativo na educação.	[100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [50%] 5 pontos: Boa evidência de que atende ao requisito. [0%] 0 pontos: não atende ao requisito.
TOTAL DE PONTOS			100

8 – PROCESSO SELETIVO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

O Processo Seletivo Simplificado – PSS de que trata este TR consistirá das seguintes fases: análise curricular eliminatória, análise da documentação comprobatória eliminatória e classificatória e entrevista classificatória.

- Os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital.
- Os currículos precisam, **obrigatoriamente**, ser vinculados ao edital ao qual o candidato deseja concorrer e as atualizações, caso ocorram, também deverão ser vinculadas ao edital, dentro do prazo de inscrição previsto, sob pena de desclassificação.
- Serão desconsiderados os currículos remetidos em desacordo com estas exigências e/ou fora do prazo estipulado no edital.
- Os currículos enviados fora do período indicado serão desconsiderados. Não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.
- Será solicitado aos candidatos que atenderem aos requisitos mínimos exigidos no edital o envio da documentação comprobatória da formação acadêmica e da experiência profissional, observado o prazo de 3 dias úteis.
- Serão convidados para a etapa de 5 (cinco) candidatos com as maiores notas avaliadas nos currículos com comprovação documental.
- O convite para a entrevista será encaminhado por e-mail.
- O candidato que no prazo de 2 dias úteis não confirmar sua participação nessa etapa do PSS será considerado desistente.
- As entrevistas serão por aplicativo Microsoft Teams em data e horário definidos pela Comissão de Seleção. As entrevistas poderão ser gravadas.

9 – CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Caso haja empate entre os candidatos, serão considerados os itens abaixo para o desempate:

- Em caso de empate, o candidato com melhor desempenho na fase da entrevista será selecionado. A avaliação da entrevista leva em consideração os seguintes aspectos: clareza, segurança e objetividade nas respostas.
- Persistindo o empate, o candidato com o maior tempo de experiência profissional, referente ao subitem b) do item 6.1, será o escolhido.

10 – CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Território Nacional

